

O homem subjugado

O dilema das masculinidades
no mundo contemporâneo

MALVINA E. MUSZKAT



O HOMEM SUBJUGADO

O dilema das masculinidades no mundo contemporâneo

Copyright © 2018 by Malvina E. Muszkat
Direitos desta edição reservados por Summus Editorial

Editora executiva: **Soraia Bini Cury**
Assistente editorial: **Michelle Neris**
Imagem de capa: **Laerte Coutinho**
Projeto gráfico: **Crayon Editorial**
Capa: **Alberto Mateus**
Diagramação: **Santana**
Impressão: **Sumago Gráfica Editorial**

Summus Editorial

Departamento editorial
Rua Itapicuru, 613 – 7^º andar
05006-000 – São Paulo – SP
Fone: (11) 3872-3322
Fax: (11) 3872-7476
<http://www.summus.com.br>
e-mail: summus@summus.com.br

Atendimento ao consumidor
Summus Editorial
Fone: (11) 3865-9890

Vendas por atacado
Fone: (11) 3873-8638
Fax: (11) 3872-7476
e-mail: vendas@summus.com.br

Impresso no Brasil

Sumário

INTRODUÇÃO	7
A Ordem	10
1. FALANDO DE GÊNERO	17
Os arapesh, habitantes da montanha	18
Os mundugumor, habitantes do rio	19
Comentários	20
2. ATRIBUINDO PAPÉIS SOCIAIS	25
3. COMO TRANSFORMAR TERNOS BEBÊS EM ADULTOS ATORMENTADOS	29
4. O BELO SEXO FRÁGIL	36
5. O SEXO NO PECADO CAPITAL	41
6. O PÊNIS CONSAGRADO	43
7. SOBRE QUEM TEM E QUEM NÃO TEM	48
8. ECOS DO PASSADO	52
9. A PONTA DO ICEBERG (NADA É TÃO SIMPLES QUANTO PARECE)	61
10. O HERÓI, A REVELAÇÃO E O PECADO	70
11. IMPRUDÊNCIA VERSUS PECADO	75

12. O HERÓI CLAUDICANTE	78
13. PENSANDO A VIOLÊNCIA	80
14. A QUESTÃO IDENTITÁRIA E A VULNERABILIDADE MASCULINA	84
15. CONSEQUÊNCIAS MALDITAS	89
16. CAPITAL INTELECTUAL E A RESISTÊNCIA AO ASSUJEITAMENTO	98
17. RELAÇÕES SADOMASOQUISTAS E O DOMINADOR FERIDO	103
18. O LENTO ESFACELAMENTO DO ACORDO E A INTERSUBJETIVIDADE	108
19. O RESGATE DA BIOLOGIA	115
20. ABANDONANDO ZONAS DE CONFORTO	124
21. DELÍRIOS, IDEOLOGIAS E DESEJOS	132
22. A PREVALÊNCIA DO FALO	140
O mito	141
Sua interpretação	142
23. SANSÃO	146
O mito	147
Que herói é esse?	151
24. O FALO NA BERLINDA	153
EPÍLOGO – MUDANÇAS EM CURSO	160
NOTAS	167

Introdução

*Em todas as vidas existe qualquer
coisa de não vivido, do mesmo modo
que em toda palavra há qualquer
coisa que fica por exprimir.*

GIORGIO AGAMBEN

HÁ MUITO TEMPO ME surpreendo com o silêncio dos homens diante da crise que estão enfrentando. Apesar das fervilhantes discussões contemporâneas sobre as diversas formas da sexualidade humana, os debates sobre a condição masculina continuam sendo raros. Não tivessem sido os homens os responsáveis por quase toda a produção de conhecimento acumulado até meados do século XX, menos espantoso poderia parecer seu mutismo. Mas agora, justamente quando o debate os atinge em cheio, eles se calam.

Por muitos anos, no exercício de meu ofício, reuni grande quantidade de depoimentos, entrevistas, dados de pesquisa, anedotas e pensamentos esparsos a respeito do tema das masculinidades. Depois, na expectativa de ouvir o que os homens teriam a dizer sobre si mesmos, aguardei que se iniciasse uma conversa da qual eu pudesse participar. Passado tanto tempo, com o material se acumulando, decidi provocar essa conversa em vez de aguardá-la. Surgiu daí a obra que o leitor tem em mãos. Trata-se de um conjunto articulado e sintético de minhas reflexões sobre a subjetividade masculina.

Escrever sobre a construção dos modelos de masculinidade e seus desdobramentos nas relações amorosas demanda fôlego e coragem, principalmente quando se está na contramão daquilo que apregoa o senso comum – e o não tão comum.

Fala-se muito a respeito da desigualdade entre os sexos: do poder, da bravura e da braveza dos homens e de sua violência. Mas pouco ou nada se diz a respeito das matrizes subjetivas e das bases culturais que perpetuam tais modelos. Da mesma forma, quase não se dá atenção às dores e aos dissabores gerados por essas motivações. Defendo a tese de que o masculino em nossa cultura é tão subordinado quanto o feminino, embora isso não seja reconhecido como tal no imaginário coletivo. Ambos são subjugados ao conjunto de representações de um imaginário social criado por grupos detentores de poder suficientemente fortes para mantê-los – senão ampliá-los.

O código masculino tem sido interpretado de um ponto de vista superficial, reducionista, quase leviano, o que prejudica sua compreensão. A quem interessa uma visão tão conservadora a respeito do tema como a que diz que os homens são seres simples, senhores de suas emoções e com poucas necessidades, em contraste com as mulheres, enigmáticas e dominadas por um turbilhão de emoções? Aos próprios homens? Às mulheres? Aos poderes consagrados?

É fato que os homens não costumam falar de si. Talvez não saibam muito o que dizer ou não seja de seu interesse questionar os mitos que sustentaram sua condição hegemônica. Ou até, quem sabe, temam ser rechaçados.

As mulheres, os homossexuais, os transgêneros, ao contrário, lutam por se fazer ouvir, confessando aflições, conflitos e dores. Enquanto isso, como guardiões de uma ordem simbólica hipoteticamente imutável, os homens silenciam.

É como se a suposta superioridade masculina lhes permitisse distanciar-se das tensões presentes na sociedade. Tudo muito coerente com a crença básica de que as mulheres são fracas e os homens, fortes; as mulheres sofrem, os homens não. E, por não sofrerem, não precisam dizer nada.

Quando comentei com amigos e colegas sobre a ideia de escrever a respeito da subjetividade masculina, a piada foi sem-

pre a mesma: “Vai ser um folheto?” Assim, sugere-se que a psique masculina se resume àquilo que observamos na superfície, negando-lhes o direito às contradições inerentes à condição humana.

A divisão sexual binária da sociedade, na qual as atribuições do perfil masculino são contraponto direto ao feminino, e vice-versa, torna supostamente insuperável a oposição entre os valores e elementos de cada uma das partes, já que é por meio dessa oposição que uma atribui significado ao existir da outra. Mas o que fazer diante do número cada vez maior de pessoas que não se encaixam nessa rígida polarização? E quando alguém não se identifica com as atribuições que lhe são impostas, como agir? Devemos proibi-lo de existir? Ou vamos desconstruir o engessado princípio da dualidade e rever os julgamentos maniqueístas?

Sou pela segunda opção.

Felizmente, oposições simplistas não precisam ser eternas, e alguma relativização vem sendo conseguida. Meus avós, por exemplo, jamais imaginariam que a “superioridade inata” da condição masculina poderia vir a ser questionada. Mesmo assim, majoritariamente, tendemos a continuar acreditando naquilo que a ideologia vigente nos impõe a respeito do universo masculino. Caminhamos no limite da ilusão, presos no labirinto das aparências, tal como sugere Pirandello em *Assim é (se lhe parece)* quando um dos personagens, questionado a respeito de sua verdadeira identidade, responde: “Eu sou aquela que se crê que eu seja”¹.

Pois bem, se a definição de nossa identidade está condicionada ao olhar do outro, isso forçosamente sugere que, se os homens são o que são, ou foram o que foram, é porque inclusive nós, mulheres, acreditamos e apoiamos a crença em sua superioridade. Se tal imagem não dependesse do olhar do outro para se manter, por que estaria tão ameaçada justamente hoje, diante de uma nova realidade?

O atual cenário social, com demandas constantes de desconstrução dos pressupostos tradicionais sobre as questões de gênero,

tem acrescentado ao nosso cotidiano novos conflitos sobre aqueles que já nos são naturalmente impostos por nossas características individuais e coletivas.

Comecei com vontade de polemizar sobre quase tudo que se diz por aí. Hoje meu propósito é apenas o de tentar mostrar ao leitor que a subjetividade masculina é bem distinta do folclórico amontoado de ideias tradicionais que “define” os homens. Gostaria de poder ajudar a desconstruir uma imagem arquitetada para e pela sociedade, que na verdade não atinge mais do que sua máscara social, sua *persona*, a ponta do iceberg da sua condição. Aquela ponta que, como um grande falo, é escolhida para exibição publicitária.

Mas, felizmente, o sujeito não é fixo, ele é mutável.

Conseguir sensibilizar os homens no sentido de entender mais a si próprios já me pareceria de grande valor. Abrir portas e janelas que lhes permitam olhar para fora do sistema, na direção de sua singularidade, ainda melhor. Estimulá-los a falar e conseguir libertá-los das engenhocas que os mantêm isolados dos próprios afetos é algo que me soaria magnífico.

A ORDEM

Começo por argumentar que, se não existe um destino psíquico ou biológico na forma de ser mulher, de se comportar como mulher, por que existiria um destino biológico que definiria a forma de ser homem?

Baseando-me nesse argumento, devo considerar que, em uma cultura construída sob os princípios do patriarcado, existe um conjunto de regras que disciplina e determina o comportamento adequado aos corpos masculinos e femininos relativos a essa cultura. Chamo a esse conjunto de Ordem e alerto para a ideia de que não se trata de um compêndio, um inventário, mas de pressupostos e regras sociais que, de forma esparsa e indire-

ta, estão impressos no discurso cultural, gerando determinado repertório.

Em meu trabalho como psicanalista, mediadora de conflitos e terapeuta de casais, tive a oportunidade de ouvir, individualmente ou em grupos, homens de distintos segmentos da cultura urbana paulista – dos mais pobres aos incrivelmente privilegiados – com idade entre 20 e 60 anos. Assim, apesar de atenta aos princípios da pluralidade, recolhi dados que agrupei sob o título provisório de *conteúdos subjetivos recorrentes*. Agradeço a esses homens por tudo que me ensinaram sobre suas experiências, suas fontes de estímulo, de prazer e de sofrimento. Agradeço até suas provocações, que aprendi a encarar com humor, como parte do repertório masculino de relacionamento com mulheres.

Prevaleceram nos registros os conteúdos relacionados ao modelo patriarcal, subjetivado pelo princípio organizador do falo e apoiado no controle dos machos sobre as fêmeas. Justificada pela crença da superioridade masculina, essa estruturação hierárquica define um estado de exclusão e discriminação das mulheres cujas regras, transmitidas e mantidas de forma explícita ou subliminar, têm claro poder coercitivo.²

A crença na superioridade masculina já se encontra presente na organização social dos povos desde as primeiras civilizações ocidentais de que temos notícia, muitos séculos antes da era cristã. Suas raízes germinaram no ideário humano ao longo dos séculos e estão de tal forma sedimentadas que, ainda hoje, é preciso mostrar a algumas pessoas quando e como elas se manifestam se quisermos fazer valer o ideal contemporâneo de igualdade. Tal permanência nos faz pensar na eficácia de seus métodos de transmissão e de manutenção, bem como no que se pode fazer para superá-los. Por intermédio de leis, mitos, fábulas e paradigmas, os princípios da hegemonia masculina – nos quais a divisão de sexos é claramente definida em relação às suas funções e valores – têm sido mantidos, geração após geração, graças ao nunca referido sacrifício de seu exército de homens em constante con-

flito com os próprios afetos. Uma regra absoluta sobre a coerência entre um corpo, um gênero e um desejo, o que a filósofa americana Judith Butler chama de “ordem compulsória”³, ajuda também a garantir a subsistência do modelo.

Embora não haja dados suficientes que nos permitam confirmar a existência do matriarcado, há indícios de que essa modalidade sociopolítica teria existido antes do patriarcado.⁴ Um período remoto, em que o poder teria sido controlado pelas mulheres, corresponderia ao da instalação da agricultura e da domesticação dos animais, dotando as tribos de um novo modo de produção. Supõe-se que as mulheres detivessem a prerrogativa de partilhar os recursos do clã, principalmente os alimentos, numa expressão concreta de sua supremacia política no grupo. Alguns historiadores acreditam que esse tenha sido um período pacífico e de grande harmonia entre os humanos, e entre eles e a natureza. Nesse período, regido pelas deusas, que representavam o poder da criação, as relações estariam imbuídas de um sentido voltado ao sagrado. Quem sabe não teria sido esse o tal Paraíso do qual Adão e Eva foram expulsos?

De qualquer forma, não se sabe bem quanto essa fase matriarcal do desenvolvimento humano teria durado. O desenvolvimento populacional e a consequente disputa por espaços territoriais teriam levado os homens a guerrear entre si. A luta feroz pela sobrevivência pode ter colocado humanos contra humanos, exigindo que desenvolvessem capacidades estratégicas e usassem ao máximo sua força e resistência físicas, em substituição aos princípios de solidariedade e respeito à vida vigentes até então. A mudança de paradigmas pode ter conduzido à domesticação das próprias mulheres – que, com a perda de seu poder, tornaram-se dependentes da força masculina para protegê-las e à sua prole. No panteão das deusas femininas, começaram a surgir os deuses guerreiros.

O pensador alemão Friedrich Engels, referindo-se à existência de uma sociedade matriarcal, atribui o surgimento do pa-

triarcado ao estabelecimento da propriedade privada.⁵ Segundo ele, o patrimônio material foi o responsável pela dominação masculina das mulheres e pelo controle de sua sexualidade, a fim de garantir a paternidade dos filhos. Não interessava ao macho compartilhar suas conquistas com rebentos que não fossem de seu sangue. Assim, a mulher teria ficado obrigada a manter-se fiel a um único macho, encerrando um período em que machos e fêmeas se uniam apenas para cumprir seu destino biológico.

Hipóteses, lendas, realidade? Não se sabe ao certo. Mas não se trata de uma hipótese a noção de que, na sequência histórica dos acontecimentos, foram se sucedendo novas modalidades de discriminação e exclusão da figura feminina – de tal forma destrutivas e cruéis que converteram a mulher em um ser socialmente inferiorizado e escravo do poder masculino. Diante desse processo milenar de aculturação, as mulheres foram perdendo sua dignidade, identificando-se com as insígnias que a sociedade lhes oferecia, sentindo-se como os seres frágeis e subservientes que se esperava que elas fossem. Essa dinâmica de relacionamento entre homens e mulheres trouxe para a humanidade uma série de conflitos éticos e inúmeras dificuldades para a realização pessoal e o relacionamento interpessoal.

Para ajudar a pensar o processo de construção das subjetividades e sua manutenção, podemos recorrer a uma descrição magnífica encontrada na literatura do novelista inglês George Orwell, que em 1949 escreveu uma distopia denominada *1984*⁶, em que narra o funcionamento de uma proposta de regulação coletiva de princípios e ideologias, e descreve sua eficiência na estruturação da identidade dos sujeitos. Embora Orwell trate de uma gestão ditatorial, ele nos expõe como a avaliação da verdade está sempre ligada a determinado sistema de valores e quanto a consciência é frágil para definir *testemunhos de verdade*⁷ – seja diante de sistemas apenas sugestivos ou francamente manipulatórios.

Segundo alguns comentadores, impactado pelo surpreendente fenômeno de domesticação das massas produzido pela ideologia nazista e por seus efeitos na Segunda Guerra Mundial, Orwell criou a distopia de um Estado autoritário disfarçado de democrático. Uma figura autoritária e onipresente, denominada Grande Irmão, é adorada e temida pelo povo e domina, através de uma tela, a privacidade e a subjetividade dos indivíduos. Assim como Hitler, o Grande Irmão constrói e mantém sua verdade recorrendo a inúmeras formas perversas de controle, forjadas para manter seu poder e garantir a fidelidade coletiva às leis e regras sociais. Instituições como o Ministério da Verdade, o Ministério do Amor e o Buraco da Memória são exemplos sugestivos do uso disfarçado do autoritarismo institucional. Por outro lado, neologismos como “duplipensar”, “crimideia” e “novilíngua” demonstram a importância da linguagem na sustentação de um modo de pensar – ou de não pensar.

Winston, o personagem central de Orwell, é um seguidor obediente do Partido e trabalha no Ministério da Verdade, escrevendo a “verdade” e incinerando, no Buraco da Memória, todo e qualquer documento, qualquer resquício histórico que possa difundir informações contrárias aos interesses políticos do grupo no poder. Assim, Winston ajuda a construir o “duplipensar”, que adota uma “novilíngua” e pune o “crimideia”. Sempre fiel ao Partido, em dado momento Winston se apaixona. Nesse momento, do ponto de vista da cultura, ele comete um crime. O desejo, inteiramente proibido nessa sociedade, leva-o a questionar o sistema. Imediatamente, o controle do Partido entra em ação, e o faz por intermédio do Ministério do Amor, cuja finalidade (ao contrário do que se possa imaginar) é impedir qualquer tipo de experiência amorosa. A manutenção do sistema se baseia no isolamento das pessoas. Winston é retirado do convívio social, preso e severamente torturado, até se render à apatia esperada pelo sistema. “Curado”, apático e melancólico, livre de desejo, volta a venerar o Grande Irmão e pode, enfim, ser devolvido à sociedade.

A obra de ficção *1984* nos fala do domínio da subjetividade. Não se trata de um domínio exercido essencialmente pela força bruta, mas pela adesão ao sistema. É assim que a cultura patriarcal, em maior ou menor proporção, pode transformar mulheres em criaturas indignas e menininhos ternos em adultos atornentados e ferozes.⁸

1. Falando de gênero

APRESSO-ME A APRESENTAR AO leitor um conceito sobre o qual deverei me ater durante todo o texto: o de *gênero*. Essa conceituação é vital para entender por que nós, homens e mulheres, tendemos a ser tratados, pelo senso comum, como grupos padronizados, verdadeiros estereótipos, definidos apenas pelos nossos órgãos genitais. Um tipo de leitura que permite definir erroneamente, por exemplo, que “homens são de Marte e mulheres são de Vênus”, que homens são racionais e mulheres, emocionais ou que mulheres sofrem e homens não.

Isso porque, enquanto *sexo* é um conceito biológico, definido pela anatomia de um sujeito, *gênero* reflete o que é socialmente construído sobre essa anatomia. Por exemplo: comportamento, temperamento, valores e atribuições morais, longe de ser determinados fisiologicamente, são construções simbólicas atribuídas pela sociedade a um corpo a partir de seus genitais.

Entre os anos 1931 e 1933, muito antes de a expressão *papéis de gênero*⁹ ser reconhecida na academia, a antropóloga norte-americana Margareth Mead desenvolveu uma pesquisa de campo a respeito do que denominou “condicionamento das personalidades sociais dos dois sexos”¹⁰, indicando que, já naquela época, ela questionava a pura biologia na construção das identidades sexuais. Mead objetivava observar como as diferentes culturas – até as mais “simples”, iletradas – definem as práticas e os valores de seus habitantes por meio da construção de suas identidades.